



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2022

Amanda Lima da Silva

Universidade Federal do Maranhão / UFMA.

amandalima7728@gmail.com

RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO CERÂMICO: as mulheres do bairro Poti Velho, em Teresina – Piauí.

RESUMO

Propomos analisar experiências de gênero de quatro mulheres do trabalho cerâmico do bairro Poti Velho, em Teresina-Piauí. Partimos da metodologia oral. Discutimos questões relacionadas às suas intersecções de gênero, raça e classe. Percebemos que as mulheres sofreram críticas e cobranças, socialmente construídas, no âmbito familiar e laboral.

Palavras-chave: Gênero. Trabalho. Mulheres.

GENDER RELATIONS IN CERAMIC WORK: women from the Poti Elho neighborhood, in Teresina – Piauí.

ABSTRACT

We propose to analyze gender experiences of four women from the Poti Velho neighborhood in Teresina-Piauí. We start from the oral methodology. We discuss issues related to their intersections of gender, race, and class. We noticed that the women suffered criticism and charges, socially constructed, in the family and work environment.

Keywords: Gender. Work. Women.

Introdução

O presente artigo surgiu das entrevistas de mulheres ceramistas do bairro Poti Velho, em Teresina-Piauí, cedidas para a pesquisa de Mestrado¹ da autora deste artigo. Em suas narrativas, percebemos que elas sofreram com críticas, cobranças e conflitos no âmbito das relações familiares e do trabalho cerâmico que, em análise, dizem muito sobre as expectativas construídas socialmente sobre os gêneros, e mais especificamente, sobre o que a sociedade espera tradicionalmente (e equivocadamente) da atuação feminina nos mundos do trabalho.

Apesar de não fazerem parte do labor formal e terem vivenciado certa liberdade para trabalhar em serviços informais ao longo de suas vidas, em detrimento das condições de pobreza, percebemos que elas também sofreram com idealizações sociais baseadas em uma divisão sexual do trabalho. Neste estudo, trabalhamos com as experiências de quatro mulheres. Procuramos entender como construções sociais de gênero se manifestaram na atuação feminina ao se tornarem trabalhadoras ceramistas da Cooperativa de Artesanato do bairro Poti Velho (COOPERART-Poty); os conflitos de gênero vivenciados por elas ao assumirem a identidade de trabalhadoras ceramistas; e como lidaram com as expectativas sociais sobre sua vida no labor cerâmico. Optamos por não usar os nomes reais das entrevistadas no presente artigo.

O bairro Poti Velho está localizado na Zona Norte de Teresina, margeia os rios Poti e Parnaíba, próximo à divisa entre Piauí e Maranhão. Ele é tradicional da cidade, pois foi a primeira região habitada da capital. No entanto, é um local sócio-historicamente marginalizado na urbe. Segundo Silvai e Scabello (2013), o Poti Velho foi submetido a condições periféricas no final do século XIX e o crescimento de Teresina ocasionou seu gradual esquecimento, “A área passou a receber contingentes de população de baixa renda que se dedicaram às atividades de subsistência e comerciais.” (SILVAI; SCABELLO, 2013, p. 70).

Ao longo do tempo, os moradores desenvolveram atividades econômicas e culturais ligadas aos rios, como a pesca artesanal e comércio de peixes; os festejos de devoção a São Pedro, padroeiro dos pescadores; a produção de tijolos nas olarias e manufatura cerâmica artesanal; estas são as mais tradicionais.

¹ SILVA, Amanda Lima da. “**Na minha veia não corre sangue, corre barro**”: histórias e memórias de mulheres ceramistas do bairro Poti Velho, em Teresina - Piauí. 2021. Dissertação (Mestra em História). Universidade Federal do Piauí, São Luis/MA, 2021.

A Cooperativa de Artesanato do bairro Poti Velho (COOPERART-Poty) foi fundada em 2006, no contexto de desenvolvimento do trabalho cerâmico do bairro e da necessidade de assegurar a inserção feminina na atividade que se dava desde o início da década de 2000, de forma mais sistemática², visto que desde seu início na década de 1960, a manufatura cerâmica era realizada em sua maioria por homens. Nesse sentido, a cooperativa de mulheres teve um papel fundamental na construção identitária destas mulheres enquanto trabalhadoras ceramistas. A seguir, discutiremos algumas questões teóricas sobre gênero e trabalho feminino.

Relações de gênero no trabalho: as mulheres ceramistas do Poti Velho

Joan Scott (1995) entende o gênero como uma categoria analítica das relações sociais, seu uso para o estudo de um sexo pressupõe a existência do outro. Ou seja, o gênero entende que as construções sociais se dão nas constantes interações entre eles.

[...] o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Observamos práticas que conferem sentido às identidades a partir da percepção de gênero, a categoria

[...] oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. [...] enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 75).

Invisibilidades e diferenças foram forjadas em decorrência de discursos que atribuem características e funções específicas aos sexos, refletindo-se nas construções sociais de gênero. Guacira Lopes Louro (1997) argumenta que o gênero não é propriamente as características sexuais, “[...] é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente” (LOURO, 1997, p. 21). Para a autora, ao falar de gênero, trata-se de observar o que se construiu socialmente sobre os sexos.

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos.

² Para mais informações veja SILVA (2021).

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 22).

As construções de gênero passam pelos discursos e representações que instituem identidades sociais aos indivíduos. Louro (1997) ainda afirma que por estarem em constante transformações, as identidades de gênero não são fixas, nem estáveis.

[...] como diz Teresa de Lauretis (1994, p. 209), "a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução". Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança (LOURO, 1997, p. 35).

O gênero como categoria de análise de realidades implica no entendimento de que as características construídas socialmente em seu interior passam pelos interesses de redes de poder, elas constroem desigualdades e dominação em função das diferenciações entre as identidades gênero. E o trabalho é um campo privilegiado de análise destas relações.

Silvia Federici (2020) teceu uma crítica sobre a obra "O Capital" (1867), de Karl Marx, em que se volta para a ausência da problematização do gênero nas análises do autor sobre o trabalho reprodutivo industrial. Segundo Federici (2020, p. 6), Marx não teorizou sobre o gênero e naturalizou o trabalho doméstico em função do trabalho industrial, desconsiderou que as hierarquias sexuais construídas socialmente fizessem com que mulheres experienciassem o trabalho industrial de modo ambíguo ao homem. A autora ainda diz que, apesar de condenar as relações patriarcais, a emancipação feminina no trabalho tem importância marginal para Marx e isso faz com que sua obra tenha uma perspectiva masculina do capital e da classe social.

No entanto, ao falar sobre esta fraqueza na obra de Marx envolvendo o gênero, Federici (2020) traz à tona a necessidade de pensarmos o gênero, tendo em mente a luta de classes, como um elemento de análise profunda das desigualdades e dominação das relações de trabalho, em que mulheres estão recorrentemente em posição inferior aos homens.

As experiências das mulheres no trabalho também estão ligadas ao gênero, raça e classe. Bell Hooks (2020) afirma que o sexismo e o racismo oprimem mulheres negras de modo que suas experiências no trabalho são ainda mais desgastantes que

de homens negros. Ela reconhece o sofrimento do trabalho escravo masculino, mas diz:

[...] é obvio que as forças, sexismo e racismo, intensificaram o sofrimento das mulheres negras e opressão contra elas. A área que com mais clareza revela a diferença entre o status do homem escravizado e o da mulher escravizada é o trabalho. O homem negro foi primordialmente explorado como trabalhador do; a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para o assédio sexual campo perpetrado pelo homem branco (HOOKS, 2020, p. 47).

No Brasil colonial, mulheres negras e indígenas, além de terem trabalhado forçadamente na colônia, foram submetidas às violências de gênero. Na observância de suas características de gênero, raça e classe, as mulheres trabalhadoras negras e indígenas foram e são, comumente, muito oprimidas pelos sistemas econômicos.

O modelo de sociedade capitalista do século XIX, e sua divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, forjou diferenças sociais pautadas nas construções de gênero entre o trabalho de mulheres e homens brancos, e conseqüentemente, do trabalho entre mulheres negras e brancas. Segundo Federici (2017), a separação entre trabalho público e privado relegou à mulher branca de classes sociais abastadas o trabalho reprodutivo e cuidado com o lar, os homens ficaram com as funções públicas. Enquanto isso, mulheres negras escravizadas, livres e pobres tiveram seus corpos explorados para o trabalho produtivo.

De acordo com a autora Ângela Davis (2016), mulheres negras eram vistas como unidades de trabalho tal como os homens, por este motivo, ao trabalharem como domésticas, elas não eram vistas como donas-de-casa tal como eram as mulheres brancas. A vida de negras escravizadas reduzia-se em sua avaliação como trabalhadora, “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2016, p. 24).

A dominação dos corpos de mulheres brancas e negras foi usada como máquina de reprodução capitalista, a partir do momento em que foram tratadas como meras reprodutoras, no caso de mulheres brancas abastadas, e reprodutoras trabalhadoras, no caso de negras escravizadas. As construções socioculturais de gênero foram usadas pelo sexismo institucionalizado e o capitalismo, tanto para subjugar o trabalho de mulheres brancas deixando-as reclusas ao trabalho no lar e como figura materna, quanto para justificar a violentação do corpo feminino negro.

Por isso, as experiências femininas de mulheres brancas e negras (e podemos falar de indígenas também) no trabalho são diferentes na sociedade, porque além do machismo, ainda há a reprodução do racismo. Nesta tradição de opressão e dominação do trabalho feminino na sociedade, partindo de construções sociais e culturais das características de gênero, as mulheres são vistas constantemente como pertencentes ao âmbito doméstico.

Para Margareth Rago (1985), no século XIX, quando mulheres brancas ricas foram para os espaços públicos, elas continuaram sofrendo com as exigências e estigmas socioculturais construídos em função de seu gênero. Levantaram-se discursos morais sobre seu papel social,

[...] quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (RAGO, 1985, p. 63).

Segundo Rago (1985), as mulheres que foram para as fábricas tiveram de enfrentar os discursos do movimento operário liderado por homens que procuravam endossar papéis de gênero baseados na divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. As exigências eram a de que as mulheres retornassem para o lar, para exercer funções de maternidade e domésticas, mas elas resistiam à exclusão da vida produtiva.

Ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não (RAGO, 1985, p. 64).

Entre mulheres brancas ricas, negras e pobres, o trabalho doméstico sempre foi imposto como atividade própria a elas. Mas, em sua prática, a atividade foi exercida de modos diferentes, já que mulheres negras escravizadas foram forçadas a exercê-lo e ao serem libertas continuaram, na maioria das vezes, inseridas no trabalho doméstico em troca de comida, ter onde dormir e pequenas quantias, como aponta Monteleone (2019).

No caso de mulheres brancas abastadas, o trabalho doméstico no lar ganhou sinônimo de proteção de sua dignidade e próprio de sua condição. Em ambas as situações, o trabalho doméstico foi considerado uma função social natural do gênero feminino, quando, na verdade, se trata de disciplinamento e dominação social do mundo masculino capitalista sobre o feminino pelo trabalho. Segundo Monteleone

(2019), no século XIX, enquanto mulheres brancas saíam para o trabalho público, mulheres pobres e negras seguiam para os serviços domésticos na casa delas, tais ocupações eram consideradas socialmente como vocação feminina.

O pagamento por essas tarefas domésticas, com o passar do século XIX e o fim do tráfico (e mesmo após a abolição da escravidão), profissionalizou-se. Ou seja, esses serviços passaram a ser passíveis de recebimento de salário – num movimento que se arrastou por todo o século XX também, ainda que pagamento fosse ínfimo. Os chefes de família pouco a pouco se convenceram de que teriam de pagar as empregadas, costureiras, mucamas e lavadeiras. Supôs-se que esses serviços, feitos por mão de obra livre, custariam o equivalente ao de um aluguel de escravos e esse foi o preço pago e cobrado por esses serviços. Mesmo assim, o pagamento por trabalhos domésticos demorou a se estabelecer. É um assunto complexo até hoje. (MONTELEONE, 2019, p. 4).

Mesmo quando mulheres partiram para as ruas em busca de trabalho remunerado, funções ligadas ao ambiente doméstico permaneceram atreladas a elas. No lar, o trabalho doméstico continuou reforçando uma divisão sexual do trabalho. Silvia Federici (2019) argumenta que a não remuneração do trabalho doméstico de mulheres no lar é uma das formas de manutenção do patriarcado, manipulação e violência sutil do capitalismo contra a força de trabalho feminina. A autora defende o assalariamento do trabalho doméstico, entendendo a luta pelo salário como uma luta contra o papel socialmente construído para a mulher pelo capitalismo e patriarcado.

A ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado. Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo. Desde que o “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e “as habilidades domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego são frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico. O fato de que o trabalho doméstico não é assalariado tem dado a essa condição socialmente imposta uma aparência de naturalidade (“feminilidade”) que nos afeta independentemente do que fizermos (FEDERICI, 2019, p. 74).

O campo do trabalho é privilegiado para se perceber como mulheres ainda sofrem com regularizações de papéis de gênero. No caso de nosso estudo, mesmo quando atuam há muito tempo em serviços remunerados informais e pertencem a classes sociais inferiores, elas ainda sofrem com expectativas de realizarem funções consideradas pelo patriarcado como “femininas” e não estão ilesas de cobranças baseadas em divisões de papéis de gênero que requerem uma luta constante de desconstrução.

As mulheres que estamos estudando neste artigo, trabalham na produção cerâmica da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (COOPERART-Poty). Antes disso, passaram por vários serviços informais, foram bordadeiras, comerciantes de gêneros alimentícios em feiras e pequenas lojas, carregadoras de tijolos nas olarias, além de serem donas de casa. São mulheres negras vindas dos contextos de pobreza da capital de Teresina. Monteleone (2019) comenta o aspecto estrutural e desigual de mulheres pobres e negras serem historicamente ateadas em serviços remunerados ligados a funções do “mundo feminino”. Como ocorreu na vida das mulheres que estudamos, além de serem mães, esposas³ e trabalhadoras de seu lar.

Apesar de gozarem de certa liberdade de trabalhar desde a adolescência, visto que pertencem à uma classe social baixa, após contraírem casamento e começarem a se dedicar ao trabalho de manufatura cerâmica na primeira metade de 2000, elas vivenciaram experiências relacionadas às expectativas sociais de seu gênero, principalmente no âmbito familiar. Isso ocorreu, principalmente, após elas construírem suas identidades como trabalhadoras ceramistas e organizarem seus interesses prezando sua autonomia e independência na COOPERART-Poty.

Segundo Lima (2012), as ações cooperativas têm em vista a consolidação de um sistema de cooperação, cujo principal produto seria o desenvolvimento integral dos indivíduos através do coletivo.

O cooperativismo visa, portanto, atualizar princípios socioculturais importantes na vida dos trabalhadores, mas com um sentido de reformismo individual e social, ou seja, de capacitação sociopolítica de seus adeptos para a transformação da sociedade em que vivem, transformando-se a si mesmos nesse processo (LIMA, 2012, p. 215).

Apesar de terem trabalhado em outras funções, o autorreconhecimento de suas identidades como trabalhadoras ceramistas, a existência de um local (o galpão da cooperativa) onde puderam produzir sistematicamente, fez com que estas mulheres experienciassem uma nova forma de relacionarem-se com o trabalho.

[...] a experiência, “sem bater na porta”, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe e, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração, de etnias (MORAES; MÜLLER, 2003, p. 341).

³ Apenas a ENTREVISTADA R não era casada na época que começou a trabalhar com a manufatura cerâmica, entre o final da década de 1990 e primeiros anos da década de 2000.

O trabalho na cooperativa exigiu certo disciplinamento visto as obrigações da cooperativa (reuniões, eventos, exposições, viagens de divulgação, produção cotidiana no galpão, etc.). Esta realidade laboral das mulheres ceramistas afetou as relações familiares e expectativas externas, gerando conflitos baseados em concepções construídas socialmente sobre papéis de gênero.

A ENTREVISTADA M deixou de fazer bordados em tecidos para trabalhar fabricando peças cerâmicas, ela começou fazendo continhas de barro que se transformaram em colares, pulseiras, terços e etc. Em sua narrativa, ela recordou que teve de enfrentar o desagrado do marido que não apoiava ela como trabalhadora ceramista, por achar que os bordados rendiam mais dinheiro.

Ele trabalhava, ele era autônomo. Aí quando eu vim para cá, eu vim trabalhar com o barro, ele disse uma vez, ele disse pra mim assim “larga isso aí, ‘tu’ é muito boa, ‘tu’ é uma ótima artesã, mas no bordado, ‘tu’ não nasceu para trabalhar com argila”. Aí eu fiquei tão desgostosa, eu até três horas da manhã fazendo meus colares para botar aqui pra vender e a pessoa que podia me dar um apoio, não me deu (ENTREVISTADA M, 2019, s/p).

A opinião do marido afetou a decisão de ENTREVISTADA M. Sua memória revelou um momento de quase desistência do labor com o barro. Ela disse que levou os materiais de trabalho que tinha acabado de adquirir, tintas e pinceis, e ofereceu para a sogra, que trabalhava com cerâmica. Depois de expor a insatisfação do marido para a sogra, ela foi incentivada a continuar trabalhando com cerâmica:

[...] aí eu botei assim dentro de uma caixa, as tintas, pincel. Porque todos os dias nós íamos na casa da mãe dele, aí ele “vamos embora, ‘tu’ não vai não?”, eu disse “vou, vou sim, vou na casa da sua mãe”. Eu chego lá, eu disse assim “pegue, eu estou lhe dando de presente”, ela “por quê? o que é isso aqui?”, eu disse “isso aqui é o material que eu comprei com o dinheiro que o meu filho me deu, você sabe por quê? Porque seu filho disse para mim que eu sou muito boa artesã, mas bordando, eu não nasci para trabalhar com argila, então tá bem aqui”. Aí ela “[...] pois pode levar seu material e vai em frente porque se eu ‘tô’ onde eu ‘tô’ hoje – ‘porque eu trouxe ela pra fazer o curso também’ – eu agradeço a você, como é que ‘tu’ faz um serviço desse?”. Aí eu ‘tô’ aqui doze anos, mas eu tenho enfrentado barras e mais barras, porque você nunca tá em um lugar para você se subtrair e ser aceita. Nunca, nunca. Isso aí eu acho que é de artista, não é? porque eu me sinto uma artista (ENTREVISTADA M, 2019, s/p).

A questão central da narrativa da ceramista foi o peso da opinião masculina em suas decisões sobre proceder no trabalho cerâmico, não apenas pela insegurança da mudança na economia familiar, mas também porque, para a mulher, a aprovação do marido refletiu no desempenho de sua atividade. Nesta hierarquização social de gênero baseadas na dicotomia homem-mulher, espera-se que as mulheres hajam em acordo

com as opiniões masculinas. O receio de retrucar as ideias que os maridos impõem é doloroso para as mulheres, mas a ENTREVISTADA M rompeu isso ao demonstrar ter continuado no trabalho cerâmico e se considerar uma artista.

Fernandes (1984) pontua o trabalho como um dos elementos de constituição da autoestima da mulher, ao ter seu papel social questionado, isso influencia em seu desempenho,

A importância que a pessoa atribui à valoração que os outros dão à sua pessoa, o quanto necessita de aprovação e concordância pelos demais para suas atitudes, o quanto se sente segura e independente em relação à opinião das outras pessoas, são indicadores de autoestima (FERNANDES, 1984, p. 76).

A ENTREVISTADA M encontrou alento nas palavras de outra mulher. A solidariedade de sua sogra assegurou que ela permanecesse aprendendo e trabalhando com o barro, para além da desaprovação de seu cônjuge: “Mas se não fosse, eu devo esse favor a minha sogra, eu tinha desistido, eu tinha parado bem ali, porque foi um balde de água fria que ele me jogou.” (ENTREVISTADA M, 2019, s/p).

A resistência do esposo em aceitar o trabalho da mulher na fabricação de peças cerâmicas também fez parte da vida da ENTREVISTADA A. Ela contou que teve dificuldades de se inserir na atividade cerâmica porque seu marido não gostava que ela trabalhasse.

[...] uma das artesãs mais antigas que tem, aqui desde o início, [...] a minha mãe foi tipo assim, foi uma fonte para a gente ir se inspirando, foi tendo uma inspiração por ela, dizendo assim “vamos fazer, mamãe tá aí, vamos aprender”. Aí, nisso minhas outras irmãs fizeram também o curso, elas tiveram aquela oportunidade de fazer e aí eu não fiz, que nesse tempo o meu marido era muito assim, não queria, aquela coisa só dentro de casa, aquela coisa, não tem? E aí, minhas irmãs tudo fazendo e eu passei a ficar tipo assim, oculta (ENTREVISTADA A, 2019, s/p).

A relutância inicial de ENTREVISTADA A em entrar definitivamente na cooperativa cerâmica surgiu das implicâncias feitas pelo marido. Ele desejava que ela permanecesse apenas trabalhando em casa, cuidando dos afazeres domésticos. Ela também recordou que quando resolveu produzir peças cerâmicas sistematicamente os filhos homens não deram apoio inicialmente, nem o marido, que tinha uma mentalidade de que os homens é quem deviam trabalhar fora.

A produção da tensão entre o trabalho e a vida familiar se dá em várias dimensões [...] trata-se sem dúvida de um tema estrutural, relacionado a uma ordem de gênero que é constitutiva da sociedade e da organização produtiva e do mercado de trabalho e que, apesar de todas as mudanças culturais

ocorridas nas últimas décadas, continua atribuindo às mulheres a responsabilidade primordial pelas funções de cuidado exercidas no âmbito doméstico e privado. [...] a entrada das mulheres de forma mais expressiva no mercado de trabalho a partir da segunda metade do século XX não foi acompanhada nem por um aumento equivalente da participação dos homens na distribuição das responsabilidades e tarefas domésticas e familiares (ABRAMO, 2010, p. 19).

A ceramista ENTREVISTADA A foi eleita presidente da COOPERART-Poty por quatro anos, mas ela enfatizou que desde o início até sua decisão de presidir a instituição, ela continuou recebendo críticas do cônjuge:

A minha filha sempre me dá muito apoio, eles também. Assim, os meninos, no começo sempre ficam aquela coisa, mas graças a deus eles me dão apoio [...]. Ele [cônjuge], no começo, é porque, é tipo daqueles homens que acha que só o homem que pode, não tem? É muito assim. E a força, aquela força de dizer “vai você consegue, vai, você é capaz”, eu não ouvi aquilo dali dele. Então, surgiu de mim mesmo, eu digo assim “eu vou, porque eu sou capaz” [...]. Porque muitas vezes você precisa de uma palavra de incentivo. Agora pouco, quando foi pra eu entrar na diretoria, que já tá com alguns “mesezinhos”, eu ouvi muito assim “‘tu’ não entra, ‘tu’ não vai”, aquela coisa, não tem? [...] (ENTREVISTADA A, 2019, s/p, grifo nosso).

A resistência do marido da ENTREVISTADA A em aceitar que ela trabalhasse fora de casa, sabendo que se ausentaria de casa e ele não seria mais o único a levar dinheiro significativo para o lar, reflete um aspecto das construções sociais de gênero nas relações de trabalho, cuja

A família é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, conseqüentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho que tem disciplinado a nós e também aos homens (FEDERICI, 2019, p. 73).

Há certa mágoa nas palavras da ENTREVISTADA A em relação a falta de apoio do marido porque, segundo aponta Fernandes (1984), há uma necessidade de ter a aprovação externa para que se sinta tranquila e tenha autoestima no exercício de seu trabalho. No caso analisado, a autoestima e o conforto feminino no trabalho estão socialmente atrelados à aprovação masculina. Isso fica sutilmente evidente em outro momento da entrevista em que captamos uma insegurança da ceramista ao questionar-se sobre seu desempenho enquanto dona de casa em diálogo com o conjugue:

[...] eu tenho que dizer uma coisa para você, que vai ser preciso eu me ausentar de casa, vai ter vez que talvez vai ser preciso eu até viajar, passar uns dois, três dias fora, então, isso não é brincadeira, é muito sério”. Aí ele também ficou na dele, não disse mais nada. Mas, às vezes, eu ainda recebo aquelas críticas, as vezes ele diz assim “‘eita’ que ela tá para não vim mais nem em casa”, “‘eita’ meu deus do céu, pois pronto, ela vai se mudar!”. Às

vezes eu recebo essas “criticazinhas”, mas acredita que não deixo nada assim, tipo, a desejar. Eu venho com meu trabalho, como [...], aí eu venho, quando eu chego em casa eu cuido das minhas coisas. Normalmente, quando eu venho para cá, pela manhã, eu já deixo tudo já cuidado, tudo “iniciadozinho”, se ele está em casa eu já deixo café dele, coloco já o café dele e tudo, não tem? Aí digo assim “olha, minha filha, o almoço faça assim”, já deixo tudo preparadinho, só no ponto de terminar de fazerem. Então, aquilo para não dizerem “ela tá se dedicando isso e não dando atenção a casa (ENTREVISTADA A, 2019, s/p).

Em sua narrativa, a ENTREVISTADA A ressaltou que sua relação com o trabalho em casa não foi afetada pelo trabalho na cooperativa de cerâmica. A preocupação em relevar que seu trabalho em casa continua sendo feito com maestria, justifica-se pela insegurança que trazem as críticas do cônjuge, sendo que ele deveria dividir com ela as tarefas domésticas ao invés de apenas questioná-la sobre o trabalho fora. Laís Abramo (2010) escreve que

A ideia da mulher como força de trabalho secundária estrutura-se a partir da separação e hierarquização entre as esferas do público e do privado e da produção e da reprodução. Assim como em torno de uma concepção de família nuclear na qual o homem é o principal ou o único provedor, e a mulher é a responsável principal ou exclusiva pela esfera privada (o cuidado doméstico e familiar), ou, no máximo, uma “provedora secundária”. Nesse modelo, a inserção da mulher no trabalho é vista como um aspecto secundário do seu projeto de vida, da constituição de sua identidade e de suas possibilidades reais (ABRAMO, 2010, p. 22).

Tais percepções das relações de gênero contribuem para que mulheres, mesmo em serviços informais, continuem sofrendo com construções sociais equivocadas sobre sua atuação. As mulheres se cobram para apresentar resultados satisfatórios para a família. Quando assumem trabalhos fora de casa, elas temem que possam falhar, pois isso poderia comprometer as expectativas que a família tem dela. A fala da ENTREVISTADA A é repleta por mágoas de não ter a aprovação total de seu parceiro no trabalho cerâmico, embora ele não a proíba de trabalhar, há o pequeno detalhe da compreensão e do incentivo do esposo desejados por ela.

A cobrança de cuidado e atenção na família também foi um traço marcante da experiência da ENTREVISTADA F. Ela recordou que quando iniciou no trabalho cerâmico fazendo continhas seu marido reclamava que ela não dava atenção em casa. Após se acidentar, ele passou a ajudá-la na produção cerâmica, mesmo assim, ainda hoje, ele demonstra insatisfação pela solidão de ficar em casa enquanto ela sai para trabalhar na COOPERART-Poty.

[...] antigamente ele [**marido**] ficava dizendo que eu não dava atenção [...], agora ele me ajuda, faz bolinha, ele me ajuda a montar as bonecas, aí ele aprendeu, assim, ele teve um acidente, aí ele precisou, ele tinha umas

continhas pendentes, aí ele ficava preocupado, acidentado [...], não incentivava, não contribuía não. Até hoje ele me ajuda tudo, ele sabe que eu trabalho aqui, mas de vez em quando ele se reclama porque fica só, não sei o que. É sempre botando pretexto (ENTREVISTADA F, 2019, s/p, grifo nosso).

Além do afeto, do desejo de ter a esposa perto, o sentimento de solidão aparece na narrativa da ceramista como um pretexto sutil de crítica ao trabalho fora. Estes sentimentos de abandono e solidão que os homens reclamam quando a mulher trabalha fora de casa estão atrelados às concepções socialmente construídas sobre as relações de gênero que geram inseguranças masculinas quando ele percebe que não pode ser o único a levar dinheiro para casa. De acordo com Abramo (2010, p. 24),

A noção da mulher como força de trabalho secundária tem um papel fundamental no padrão de hierarquização e discriminação na fase atual de configuração do mercado de trabalho e das famílias, que não se caracteriza mais pelo confinamento da mulher (de importantes contingentes da população feminina) à esfera doméstica e na qual a evidência da presença massiva das mulheres no mundo do trabalho não pode mais ser ignorada.

Estas hierarquizações pregam que a figura feminina deve se apropriar do espaço doméstico como seu, mesmo em contextos de pobreza, quando na verdade, este também é um espaço de obrigações dos homens, geralmente entendidos como quem traz o “dinheiro de verdade” para casa. “Em consequência da atribuição desse papel ao homem, a inserção da mulher no mundo do trabalho, quando ocorre, seria também, por definição, uma inserção sempre complementar, eventual, instável e secundária” (ABRAMO, 2010, p. 22).

Às vezes o [marido] diz assim, meu marido, “eita que a [ENTREVISTADA F] deve tá no Poti, porque, ave maria, só fala no Poti”, [...] porque lá no Poti, foi meu carro chefe de uma renda que eu não tinha antes, por isso que eu tenho que dar valor, o que eu faço, o que eu gosto, aí ele fica calado (ENTREVISTADA F, 2019, s/p).

A ENTREVISTADA F se dividiu entre o trabalho cerâmico que realiza no galpão da COOPERART-Poty e do lar. Ela possuía comodidade para fazer peças cerâmicas em casa quando necessário, apesar de sua labuta ser flexível, ela ainda foi confrontada pelas expectativas da família. Analisando as narrativas da ceramista, percebemos que há uma disputa travada pelo marido entre a profissão de fazer cerâmica fora de casa e as obrigações do cotidiano em casa, especialmente representada pela carência da mulher em casa e que só acalma quando a ENTREVISTADA F lembra da importância de sua renda obtida com a venda de peças cerâmicas para a família.

Na tradição do trabalho cerâmico do bairro Poti Velho houve uma hierarquização nas relações entre homens e mulheres no que se refere à divisão de funções no trabalho desde seu início na década de 1960. Era comum que o trabalho de modelar cerâmica, “colocar a mão na massa”, fosse feito pelos homens em grande maioria, enquanto elas pintavam peças. Havia uma divisão sexual do trabalho como pintoras que não afetava a rotina feminina no trabalho doméstico de suas casas, pois podiam pintar e vender peças em suas casas. Segundo Danièle Kergoat (2009) o grupo social de homens e mulheres

[...] estão em tensão permanente em torno de uma questão: o trabalho e suas divisões. [...] as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; [...] essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação. (KERGOAT, 2009, p. 71).

No documentário “Vidas Moldadas: mulheres artesãs e suas conquistas” (2018)⁴, uma das mulheres ceramistas que lá se apresentam, e que é uma de nossas entrevistadas, narrou: “O desafio foi você sair da sua cozinha, sair da dona de casa, sair da olaria [**local onde produziam tijolos e telhas de argila**], como eu saí, e me tornar uma artesã conhecida” (CANTANHÊDE, 2018). Demonstrando que a ocupação dos espaços de trabalho como fabricante de objetos cerâmicos significou uma ruptura em sua vida entre os serviços prestados no lar, nas olarias⁵ como carregadora de tijolos e a rotina de trabalho no polo cerâmico do Poti Velho, pois a cooperativa exigiu certa disciplina individual para ecoar no coletivo, divisão de funções, etc.

Quando as mulheres passaram a dominar a fabricação cerâmica do Poti Velho e sair de suas casas para trabalhar fora, percebemos, em suas narrativas, que o embate da divisão sexual do trabalho foi especialmente no campo familiar. Elas foram questionadas pela dedicação ao trabalho que não as mantinham o tempo todo dentro de casa, sem que cogitassem uma divisão de tarefas mais igualitária em casa. Contestou-se a realização de suas funções com maestria em ambas as esferas de trabalho, dentro do lar e fora dele. Tudo isso, produto de construções de gênero que não dissociam mulheres do ambiente doméstico e repugna sua vida laboral fora de casa.

⁴ Documentário feito com as mulheres ceramistas do Poti Velho. Visite a seção de referências.

⁵ Nas olarias o serviço se dava de modo indiscriminado e havia exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças.

Uma situação que ocorreu com a ceramista ENTREVISTADA R é representativa das práticas de gênero que a sociedade forjou para mulheres, mesmo quando ela já tem acesso aos ambientes de trabalho e ocupa funções privilegiadas. Historicamente, espera-se que as mulheres façam parte de atividades menos privilegiadas considerando as hierarquias presentes no seu ramo de trabalho. Mesmo em regime cooperativo e associativo, estas hierarquizações de gênero podem ser percebidas. A ENTREVISTADA R contou sobre o dia que precisou ir na Polícia Federal resolver um mal entendido referente à compra de peças cerâmicas por políticos na Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho (ARCEPOTI), durante o período eleitoral:

Uma cena muito engraçada um tempo, que foi assim tão engraçada [...]. eu estava à frente da associação e a gente vendia filtro aqui, foi no período eleitoral, estava até viajando. Aí um artesão deu uma entrevista, disse “ah não, nós estamos vendendo muito filtro para os políticos”, aí a polícia botou em cima, sabe que político não pode dá nada, não é? e não era político, era uma empresa [...]. Aí eu lá, e tem outra menina, aí ela me ligou “[**ENTREVISTADA R**], ‘tu’ nem sabe, tem uma intimação para ‘tu’ da Polícia Federal”. Aí você já fica assim “Polícia Federal, meu deus!”. [...] aí eu peguei a intimação, tá bom, fui, [...] lá se vem um delegado, bem sério e eu sentada assim na cadeira toda tímida. Aí ele disse “cadê o presidente da associação dos artesãos?”, aí eu “Bom dia, sou eu!”. Ele olhou assim “você!? [...], Como? Se é a associação dos artesãos do Poty Velho, eu pensei que eu ia encontrar um homem, de bigode, barrigudo, eu encontro uma mulher com o sorriso bem aqui.”. [...] já acabou assim o medo que eu estava [...]. Isso foi tão engraçado. [...] aí muita gente se admirava quando eu chegava num lugar “você que é a presidente, não é um homem não”, eu disse “não, sou eu, mulher” (SILVA, 2019, s/p, grifo nosso).

A ENTREVISTADA R contou a situação como um fato divertido de sua trajetória como ceramista presidente da ARCEPOTI, mas podemos extrair um esboço de seu relato sobre as expectativas que geram as desigualdades laborais e sociais entre homens e mulheres. O delegado se surpreendeu ao ver a ENTREVISTADA R porque esperava ver um homem, pois a função ocupada por ela é a mais importante na hierarquia do trabalho que desenvolvem e, historicamente, ocupações de maior prestígio são destinadas aos homens.

O trecho do relato demonstra como a questão da hierarquização dos campos de atuação considerados masculinos *versus* campos considerados femininos, age nas expectativas do outro em relação à ocupação feminina. De acordo com Kergoat (2009), a sociedade usa as diferenciações de atividades baseadas em uma divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres para hierarquizar as relações, mas que isso é mutável. Por isso, o delegado esperava que um homem detivesse a função de maior expressão da ARCEPOTI.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67).

O diálogo entre a ENTREVISTADA R e o membro da Polícia Federal, nos revela como as construções desiguais de gênero estão presente nas entrelinhas da vida laboral e social feminina, comuns em cenas do dia a dia. No caso da ceramista, pareceu uma situação engraçada para ela, mas esta expectativa masculina de esperar um homem em função de maior expressão de uma instituição está fundamentada, historicamente, em estereótipos sobre as habilidades e capacidades entre homens e mulheres, que incoerentemente estão presentes nas diversas camadas do trabalho na sociedade, como observamos também no trabalho cerâmico, e devem ser constantemente desconstruídos.

Considerações finais

As mulheres que estudamos sempre trabalharam em diversos serviços informais, além de serem mães e donas de casa. Mas isso não impediu que elas fossem atingidas pelas expectativas construídas socialmente das relações de gênero, no âmbito familiar e de trabalho. Observamos nas experiências das trabalhadoras ceramistas do Poti Velho que, enquanto se aprofundavam no ofício cerâmico, elas sofreram com críticas e cobranças relacionadas a uma divisão sexual do trabalho pautada em idealizações sobre papéis sociais ultrapassados que colocavam a figura feminina como principal responsável pelo ambiente doméstico, fruto de uma relação desigual entre homens e mulheres.

Tudo isso gerou inseguranças no labor cerâmico, a autoestima como trabalhadora foi afetada pela opinião dos maridos, mas não impediu que estas mulheres continuassem no labor cerâmico, além disso, a união na cooperativa apenas de mulheres possuiu um papel importante no fortalecimento de suas identidades como trabalhadoras, atualizou seus interesses, autonomia e possibilitou a continuidade destas mulheres no trabalho cerâmico.

Referências

ABRAMO, Laís. *Introdução. In: Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios – Organização Internacional do Trabalho*. Brasília: OIT, 2010. Disponível: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/document/publication/wcms_229333.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

CANTANHÊDE, Joaquim. **Documentário Vidas Moldadas: mulheres artesãs e suas conquistas**. Youtube 15 dez. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=prh3U9JFpzU&feature=emb_title. Acesso em: 22 jan. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Amanda%20Lima/Downloads/Angela%20Davis%20-%20Mulheres-%20raca%20e%20classe%20-Boitempo.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

ENTREVISTADA A. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.

ENTREVISTADA F. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 15 dez. 2019.

ENTREVISTADA M. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 15 dez. 2019.

ENTREVISTADA R. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **Notas sobre Gênero em “O capital” de Marx**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Gisele da Silva. **Mulher, identidade e auto-estima: elementos teóricos para uma reflexão crítica**. 1984. Dissertação (Mestre em Psicologia). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

KERGOAT, Danièle, *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexos*. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LIMA, M. da S. Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 20(1), p. 209-232. 2012.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100012. Acesso em: 23 jan. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

MONTELEONE, Joana de Moraes. “*Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras*”: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2019000100207&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2021.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. *História e Experiência*: contribuições de E.P Thompson à pesquisa em educação. **PERSPECTIVA**. Florianópolis, v. 21, n. 2. p. 329-349, jul./dez. 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Amanda Lima da. “**Na minha veia não corre sangue, corre barro**”: histórias e memórias de mulheres ceramistas do bairro Poti Velho, em Teresina - Piauí. 2021. Dissertação (Mestra em História). Universidade Federal do Piauí, São Luis/MA, 2021.

SILVAI, Suianny Alves; SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. O Poti Velho: Uma Abordagem Etnoarqueológica. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 4, p. 66-83, abr./jun. 2013. Disponível em: www2.fsanet.com.br/revista. Acesso em: 14 mai. 2019.

Amanda Lima da Silva

Universidade Federal do Maranhão, Mestra em História. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição – SANKOFA/UESPI. Graduada em História.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5593802999088898>

Artigo recebido em: 02 de outubro de 2021

Artigo aprovado em: 14 de dezembro de 2021